

An abstract graphic composed of several overlapping, semi-transparent blue triangles of various shades, creating a sense of depth and movement. The triangles are arranged in a way that they appear to be pointing towards the right side of the frame. The background features a gradient of blue and white, with soft, wavy lines that suggest a sense of flow and modernity.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCEPR

2012

4º TRIMESTRE DE 2012

CURITIBA



Apresentação

É uma honra apresentar à sociedade paranaense a prestação de contas do 4º trimestre de 2012 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dentro do propósito da transparência, o presente trabalho vai ao encontro da primazia de sua missão institucional, na incumbência de priorizar todos os esforços para o alcance do objetivo maior de controlar a Administração Pública com vistas ao seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.

O Tribunal visa, também, a contribuir para a disseminação das melhores práticas observadas na Administração Pública Estadual. Além disso, a apresentação de alguns números decorrentes da ação de controle do Tribunal reafirma o compromisso e o empenho desta Casa de Contas na busca pela melhoria contínua do desempenho da Administração Pública paranaense, de modo a proporcionar economia de recursos e prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Merece registro nesta edição do relatório a lista de manchetes de matérias que retratam os benefícios das ações de controle externo do Tribunal (item 2.2.1), algumas passíveis de mensuração, outras não. Sem embargos, são atividades que acarretaram resultados positivos para sociedade paranaense, quer seja na prevenção de desperdícios, na melhoria na alocação de recursos, na sugestão de aprimoramento de leis, quer seja na impugnação de processos licitatórios ou na glosa de despesas relacionadas a obras públicas.

Considerando o pleito de âmbito municipal em outubro de 2012 e dentro da função didático-pedagógica, vale registrar que esta Corte de Contas realizou diversas ações direcionadas, tanto aos chefes do executivo em final de mandato, quanto aos prefeitos eleitos, tencionando esforços para capacitação ao atendimento da Lei nº 12.527/2011, vulgo Lei de Acesso à Informação Pública, para as adequações contábeis, bem como dar a oportunidade para a construção de um plano de ação para os primeiros 100 dias da gestão.

Com vistas a um melhor entendimento, os assuntos estão categorizados em seis capítulos: considerações iniciais, principais trabalhos e resultados no período, atividades de controle externo, atividades administrativas, comunicação e relacionamento com o público externo e considerações finais.

Em suma, a apresentação dos principais resultados decorrentes da ação de controle do TCE-PR, demonstrados neste relatório, reafirma o compromisso e o empenho desta Instituição na busca pela melhoria contínua do desempenho da Administração Pública paranaense, de modo a proporcionar economia de recursos e prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Curitiba, 5 de abril de 2013.

Artagão de Mattos Leão,
Conselheiro Presidente do TCE-PR



Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2011/2012)

- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro Presidente
- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Vice-Presidente
- Nestor Baptista – Conselheiro Corregedor-Geral
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Heinz Georg Herwig – Conselheiro (**até 26/04/2012**)
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro (**desde 28/05/2012**)
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Samara Xavier de Alencar Lima – Secretária do Tribunal Pleno

Composição das Câmaras (Biênio 2011/2012)

Primeira Câmara

- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Vera Lucia Amaro – Secretária da Primeira Câmara

Segunda Câmara

- Nestor Baptista – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco – Secretária da Segunda Câmara



Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

- Elizeu de Moraes Corrêa – Procurador Geral (**desde 05/04/2012**)
- Ângela Cassia Costaldello
- Célia Rosana Moro Kansou
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Flávio de Azambuja Berti
- Gabriel Guy Léger
- Juliana Sternadt Reiner
- Katia Regina Puchaski
- Michael Richard Reiner
- Valéria Borba



TCEPR

Elaboração

Coordenadoria de Planejamento – COPLAN

Diagramação

Núcleo de Imagem



Sumário

CAPÍTULO I – considerações iniciais	8
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	8
1.1 PREMISSAS DA GESTÃO	9
1.2 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	12
CAPÍTULO II - principais trabalhos e resultados no período	13
2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO	13
2.1 TCE EM NÚMEROS.....	13
2.2 DESTAQUES DO PERÍODO	14
2.2.1 BENEFÍCIOS FINANCEIROS DAS AÇÕES DE CONTROLE.....	15
2.2.2 DESTAQUES DE INTERESSE GERAL DA AÇÃO DO TCE-PR	16
CAPÍTULO III - atividades de controle externo	16
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO DESENVOLVIDAS	16
3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL	16
3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL	17
3.3 CONTROLE DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.....	17
3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO	18
3.5 FISCALIZAÇÕES POR INICIATIVA PRÓPRIA	19
3.5.1 PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO	19
3.5.2 RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES	20
3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS	20
3.7 PRODUÇÃO DE PROCESSOS NO TCE-PR.....	21
3.7.1 PROCESSOS PROTOCOLADOS E DISTRIBUÍDOS	21
3.8 DECISÕES PROFERIDAS	22
3.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR.....	23
3.10 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS.....	23
3.11 RECUPERAÇÃO DE RECEITA DECORRENTE DE DECISÕES DO TCE	24
3.12 ATIVIDADES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	25
3.13 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR	26
CAPÍTULO IV - atividades administrativas.....	26
4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	26
4.1 GERENCIAMENTO PELAS DIRETRIZES	26
5. GESTÃO DE PROJETOS	27
6. PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS	28
6.1 PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA	29
6.2 PROGRAMA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ.....	30
6.3 PROGRAMA TCE DIGITAL II	36
7. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	38
8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL.....	39
9. GESTÃO DE PESSOAS	41
9.1 QUADRO DOS SERVIDORES DO TCE-PR	41
9.2 CONCURSO PÚBLICO.....	41
10. INFRAESTRUTURA.....	42
11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
12. ATOS NORMATIVOS.....	45
CAPÍTULO V - comunicação e relacionamento com o público externo	47
13. COMUNICAÇÃO	47



14. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	48
14.1 CONVÊNIOS E PARCERIAS.....	48
14.2 COMISSÕES EXTERNAS	51
CAPÍTULO VI - considerações finais	52
15. ANEXOS.....	52
15.1 ANEXO I – “ORGANOGRAMA”	52
16. FONTES DE INFORMAÇÕES	53
17. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	53

CAPÍTULO I – considerações iniciais

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Estado, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

A Casa de Contas paranaense é integrada por sete Conselheiros, quatro deles escolhidos pela Assembleia Legislativa. Os outros três são escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Casa de Leis estadual, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, na forma estabelecida no art. 127 da Lei Orgânica do TCE-PR.

Conforme previsão contida no § 1º do art.120 da Lei Orgânica do TCE-PR, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, em 13/12/2012, foi realizada eleição, na qual o Conselheiro **Artagão de Mattos Leão** foi eleito presidente para o biênio 2013-2014, tendo como vice o Conselheiro **Durval do Amaral** e **Ivan Bonilha** como corregedor-geral do Tribunal. A eleição foi por unanimidade de votos dos sete Conselheiros que compõem o corpo deliberativo. A posse acontece na primeira sessão plenária de janeiro de 2013.

Esta será a segunda vez que Artagão presidirá o TCE-PR. Sua gestão anterior ocorreu no período de 1996 a 1998. Durval e Bonilha assumem funções diretivas na Casa pela primeira vez.

Na mesma sessão, foi homologada a composição das duas Câmaras de Julgamento do Tribunal, conforme determina o Regimento Interno. A Primeira Câmara será presidida pelo Conselheiro Durval e composta pelos Conselheiros Fernando Guimarães e Hermas Brandão e os Auditores Jaime Lechinski, Cláudio Canha e Ivens Linhares. O Conselheiro Nestor Baptista presidirá a Segunda Câmara, acompanhado pelos Conselheiros Caio Soares e Ivan Bonilha e os Auditores Thiago Barbosa Cordeiro e Sérgio Valadares Fonseca.

➤ Jurisdição

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, e tem sua organização, competência, jurisdição e forma de atuações reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e



seus 399 Municípios) e pelos respectivos órgãos e empresas, quanto daqueles repassados a entidades privadas através das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Destarte, são jurisdicionadas do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Através de sua atuação, o TCE-PR, tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência na utilização de dinheiro, bens e valores públicos, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da Administração Pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens, valores e dinheiros públicos.

Sendo assim, o TCE-PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da Administração Pública.

➤ **Competências**

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78) e Lei Complementar 113/2005.

1.1 PREMISSAS DA GESTÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná elaborou em 2008 o Planejamento Estratégico com vigência até 2016, momento no qual foram definidos os 17 objetivos estratégicos para a instituição, os quais foram distribuídos em um espectro de quatro perspectivas: resultados, processos internos, pessoas e inovação e logística.

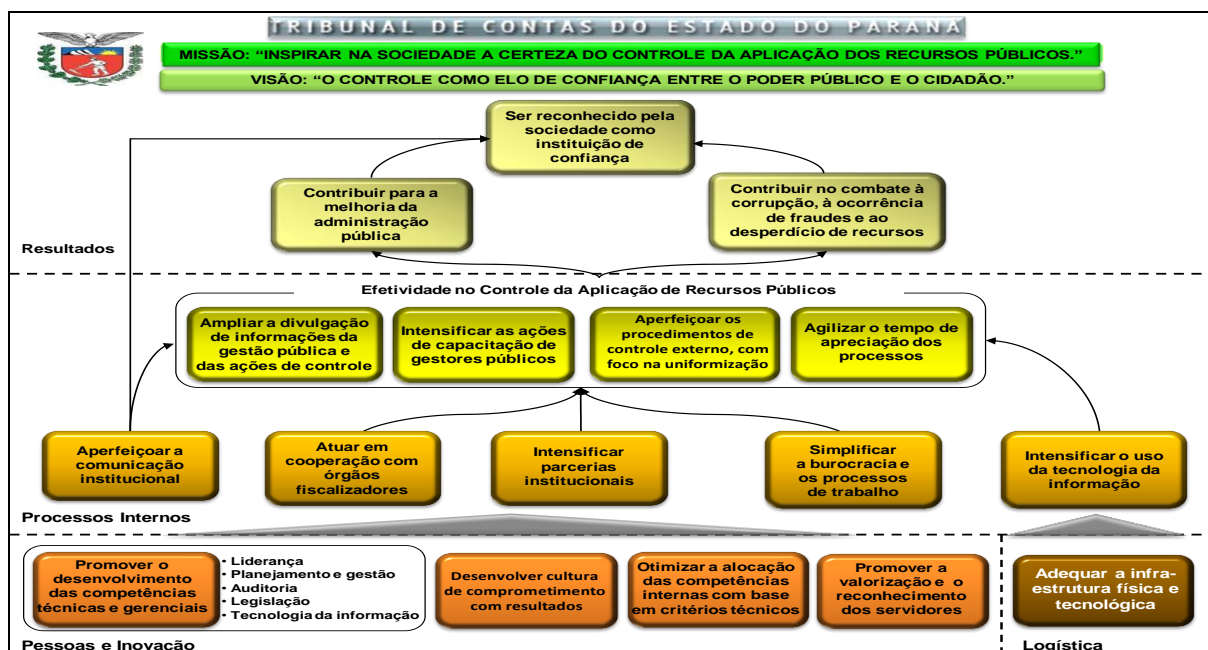


Figura 1 - Mapa estratégico do TCE-PR

Todas as ações do 4º trimestre de 2012 estiveram alinhadas aos objetivos estratégicos, definidos em 2008, e podem ser demonstradas através das quatro perspectivas nas tabelas abaixo:

PERSPECTIVA DE RESULTADOS	
Contribuir no combate à corrupção, à ocorrência de fraudes e ao desperdício de recursos;	
Contribuir para a melhoria da administração pública.	
ALGUMAS AÇÕES CORRELATAS NO PERÍODO:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auditorias Operacionais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Resíduos Sólidos, Radares, Pedágio, IML, Saneamento, Gestão Ambiental, Saúde.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ PAF Social. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comissões Especiais.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Plano Anual de Fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação Controle Transferências (SIT).
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Levantamento de Multas Administrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interação Social (enquetes e pesquisas).
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recuperação de Débitos Municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Portal e-ContasPR.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Obras Públicas e Acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistema de Controle de Frota.

Tabela 1 – Fonte: Coordenadoria de Planejamento



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS	
Aperfeiçoar a comunicação institucional;	
Atuar em cooperação com órgãos fiscalizadores;	
Intensificar o uso da tecnologia da informação;	
Intensificar parcerias institucionais;	
Simplificar a burocracia e os processos de trabalho.	
ALGUMAS AÇÕES CORRELATAS NO PERÍODO:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecnologia da Informação: <ul style="list-style-type: none"> ○ SEI, SIM, SIT, META 4, SAP; ○ Núcleo de Inteligência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto Piloto de Trabalho Remoto.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperação e Parcerias Institucionais ✓ CGU – Corregedoria Geral da União ✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ✓ Receita Federal e Receita Estadual ✓ Tribunal Regional do Trabalho ✓ Ministério Público Estadual ✓ Congresso Nacional ✓ Tribunal de Contas da União ✓ Tribunal de Justiça do Paraná ✓ Acordo de cooperação técnica ✓ Ministério do Planejamento e Orçamento ✓ ATRICON e Instituto Rui Barbosa ✓ CREA-PR ✓ UFPR e ITFPR ✓ SEBRAE e SEIC ✓ Ministério público Eleitoral ✓ Câmara Municipal de Curitiba ✓ Procuradoria Geral do Estado ✓ Secretaria de Assuntos Estratégicos (Presidência da República) ✓ Observatório Social do Brasil ✓ UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UNESPAR/FAFIPA, UNESPAR/FECILCAM. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Revista Digital; ○ TECER (Boletim Informativo Externo do TCE-PR); ○ Interação Social (enquetes e pesquisas); ○ TCE na rede social <i>facebook</i>; ○ Portal TCE-PR.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de licenças de <i>softwares</i> para fiscalização externa (ACL);
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recepção de códigos fontes de sistemas de fiscalização de entidades parceiras: <ul style="list-style-type: none"> ○ FISCALIS (TCU); ○ <i>Sae-WEB</i> (Secretaria de Controle Interno do DF).
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de Programas e Projetos.

Tabela 2 – Fonte: Coordenadoria de Planejamento



PERSPECTIVA DE PESSOAS E INOVAÇÃO	
Otimizar a alocação das competências internas com base em critérios técnicos;	
Promover a valorização e o reconhecimento dos servidores;	
Promover o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais.	
ALGUMAS AÇÕES CORRELATAS NO PERÍODO:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão Compartilhada: <ul style="list-style-type: none"> ○ Novas funções gerenciais ○ Definição de “negócio das unidades” 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mapeamento das competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos servidores/Gestão de Carreiras.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concurso Público (convocação de candidatos aprovados). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Clima Organizacional.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrição de todas as funções dos servidores/Gestão por Competências. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitações realizadas tanto dentro quanto fora do TCE-PR (de servidores e jurisdicionados).

Tabela 3 – Fonte: Coordenadoria de Planejamento

PERSPECTIVA DE LOGÍSTICA	
Adequar a infraestrutura física e tecnológica.	
ALGUMAS AÇÕES CORRELATAS NO PERÍODO:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto <i>Business Intelligence</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração de Bases e Redes de Controle.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantação Sistema Integrado de Compras. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Plataforma <i>Channel</i>.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto TCE Digital II. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de Equipamentos de Informática.

Tabela 4 – Fonte: Coordenadoria de Planejamento**1.2 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS**

Nos últimos anos, o TCE-PR priorizou a função do planejamento como forma de atingir resultados, a exemplo do atual plano estratégico. A fim de operacionalizá-lo, fez-se necessário o desdobramento de seus objetivos em metas tangíveis, tanto para o Órgão considerado em si mesmo, quanto para as suas Unidades Técnicas de forma individualizada.

Para tanto, foram definidas diretrizes institucionais para o biênio 2011/2012, que tomaram por base o diagnóstico da situação, à época, realizada pela Alta Administração com suporte técnico da COPLAN e de uma empresa de consultoria contratada.



O resultado desse diagnóstico levou a Administração a definir as seguintes diretrizes para o TCE-PR:

- Eliminar o déficit de processos externos até dezembro de 2012;
- Reduzir o passivo de requerimentos e processos externos em 7,5% até dezembro de 2012;
- Implantar programas de Fiscalização, Controle Social e Capacitação do Jurisdicionado até dezembro de 2012;
- Ser reconhecido como instituição de confiança, aumento da satisfação da sociedade até dezembro de 2012.

Com as metas institucionais estabelecidas, foi possível desdobrá-las em metas para todos os níveis hierárquicos, bem como a definição de indicadores e de medidas através de planos de ação. Paralelamente, foi instituída a sistemática de acompanhamento de resultados, consistindo em painéis de indicadores; gráficos de gestão à vista; relatórios de tratamento de desvios; fluxo, escopo e calendário das reuniões mensais de acompanhamento.

Outro ponto a se destacar foi a elaboração, em novembro de 2012, da Instrução Normativa nº 77/2012, que institui o Sistema de Gerenciamento pelas Diretrizes no TCE-PR, a qual define e regulamenta todo o desdobramento das diretrizes em metas, assim como o respectivo trabalho de organização, apoio e orientação a cargo da COPLAN.

CAPÍTULO II - principais trabalhos e resultados no período

2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO

2.1 TCE EM NÚMEROS

A seguir, consta a tabela com os dados quantitativos do TCE-PR do período.

	4º trimestre 2012
Quantidade de processos protocolados e distribuídos	4.156
Prestações de contas de transferências analisadas (1ª análise)	1.065
Prestações de contas de âmbito estadual analisadas (1ª análise)	27
Prestações de contas de âmbito municipal analisadas (1ª análise)	313
Processos de atos de pessoal analisados (1ª análise)	3.207
Produção de processos com parecer conclusivo (MPJTC)	4.547
Estoque de processos relativos ao déficit (posição em 31/12/2012)	10.323



Estoque de processos relativos ao passivo (posição em 31/12/2012)	11.427
Decisões proferidas (acórdão, acórdão de parecer prévio e DDM)	3.219
Emissão de certidões liberatórias	5.367
Capacitações para jurisdicionados (nº de participantes)	2.077
Capacitações para servidores (nº de participantes)	771
Encontros técnicos	18
Releases produzidos pela CCS	141
Periódico eletrônico “Contando para Você” (circulação interna)	10
Produção do boletim eletrônico TECER	06
Quadro total de servidores ativos (nível fundamental, médio e superior)	657
Servidores aposentados	10
Exonerações	05
Sanções pecuniárias, já considerando restituições de valores e multas (o que o TCE mandou devolver).	R\$ 937.891,56
Valor recolhido ao Estado e aos Municípios (o que foi efetivamente cumprido), já considerando as multas	R\$ 640.338,03
Multa administrativa + multa por infração fiscal (erário estadual) - quanto o TCE mandou devolver	R\$ 73.289,76
Multa administrativa + multa por infração fiscal (erário estadual) - quanto foi efetivamente cumprido	R\$ 59.040,26
Dotação orçamentária (ano 2012)	R\$ 263.273.897,00
Despesas empenhadas	R\$ 58.824.987,71
Despesas liquidadas	R\$ 65.433.289,82

Tabela 5 – Fonte: Sistema de Trâmite e Unidades Internas do TCE-PR

2.2 DESTAQUES DO PERÍODO

Neste item, constam as principais manchetes das matérias veiculadas pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) no período em análise, as quais se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas. Estes trabalhos estão categorizados, primeiramente, naquelas ações que resultaram em benefícios financeiros à sociedade e, após, em destaques de interesse geral.



2.2.1 BENEFÍCIOS FINANCEIROS DAS AÇÕES DE CONTROLE

Os resultados positivos das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns reflexos, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No período ora em comento, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCE-PR resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos, tanto estaduais, quanto municipais. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações através das notícias publicadas no portal do TCE-PR.

2012

- TCE ajuda Justiça no combate ao uso irregular de recurso público na eleição
- Aplicada multa por contratos de trabalho irregulares em Mamborê e Pinhão
- TCE vai cobrar de 106 prefeitos a conclusão de obras paradas
- Pleno desaprova contas de 2009 do Colégio Estadual
- Pleno multa contador da Appa e envia caso ao conselho profissional, para investigação
- Corregedoria multa gestor por acúmulo ilegal de cargos no Noroeste
- Segunda Câmara reprovava convênios e ordena restituição de R\$ 58,5 mil
- Contas de 2011 da Câmara de Cascavel são julgadas irregulares
- Ex-prefeitos de Paranaíba terão que devolver dinheiro por contratação sem concurso
- ONG terá de devolver R\$ 240 mil ao município de Guaíra
- Pleno mantém irregularidade das contas de 2006 de Palmeira
- ONG de Curitiba deve devolver R\$ 211 mil ao Tesouro do Estado
- ONGs de Londrina e Reserva deverão recolher R\$ 35 mil ao cofre do Estado
- Relatório aponta atraso e aumento de custos em obras da Copa no Paraná
- Contas de 2011 do prefeito de Cerro Azul têm parecer pela irregularidade
- Londrina tem contas de convênio desaprovadas
- Fundação Araucária tem despesas questionadas em Tomada de Contas
- Cautelar suspende licitação do Estado para serviços de limpeza e conservação
- Suspensa licitação para compra de DVDs educacionais em São José dos Pinhais

Tabela 6 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br)



2.2.2 DESTAQUES DE INTERESSE GERAL DA AÇÃO DO TCE-PR

Neste item, constam as principais notícias de interesse geral que foram veiculadas pela CCS no 4º trimestre de 2012.

2012

- TCE e Conselho de Arquitetura e Urbanismo buscam ações em comum
- TCE e CREA apresentam levantamento de obras municipais paralisadas em todo o Paraná
- Capacitação sobre SIM-AM reúne 500 participantes em Umuarama
- TCE de Rondônia vem conhecer práticas processuais do TCE paranaense
- Requisitos para aposentadoria de policial civil são simplificados
- Intimação eletrônica será adotada a partir de 1º de novembro
- Documento que atesta “ficha limpa” de contas no Paraná torna-se digital
- TCE orienta novos prefeitos para atender a Lei de Acesso à Informação Pública
- Uso de potencial construtivo para obras da Copa é dinheiro público, decide o TCE
- Auditoria social realizada no Paraná atrai a atenção do BID
- TCE apresenta sistemas de controles em evento do TCU
- TCs reforçam compromisso com efetividade, transparência e combate à corrupção
- Software cedido pelo governo do DF vai agilizar auditorias do TCE no Paraná
- TCE participa de evento de capacitação dos prefeitos eleitos no Paraná
- Seminário sobre licitações qualifica 700 pessoas, presencialmente e online
- TCE cobra planos de ação para obras da Copa de 2014 no Paraná
- Simpósio debate parceria entre TCE e UFPR para fiscalizar obras da Copa
- Parcerias com entidades profissionais da área da saúde ampliam o controle social
- Conselheiro Artagão é eleito presidente para o biênio 2013-2014
- Certidão para operações de crédito poderá ser emitida pela internet
- Analisador eletrônico melhora fiscalização sobre transferências voluntárias
- Centro multimídia amplia capacidade de qualificação de gestores públicos no Paraná

Tabela 7 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br)

CAPÍTULO III - atividades de controle externo

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO DESENVOLVIDAS

3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

Durante o período em comento, foi apresentada a seguinte produção da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) referente às contas de entidades estaduais integrantes da Administração Direta e



Indireta do Poder Executivo, incluídas as autarquias, fundos especiais, sociedades de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos, fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, além das contas do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ressalta-se que nem todas as contas analisadas encontram-se concluídas e julgadas em face do necessário trâmite legal destes processos nesta Corte, tais como, análise de contraditórios.

Item de controle	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Produção de processos de prestações de contas com instruções conclusivas	14	9	4	27
Produção total de instruções emitidas	30	16	5	51
Produção total de informações emitidas	219	179	109	507

Tabela 8 – Fonte: Diretoria de Contas Estaduais

3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL

Durante o período em comento, foi apresentada a seguinte produção da Diretoria de Contas Municipais (DCM) referente às contas de entidades de âmbito municipal do Paraná:

Item de controle	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Produção de processos de prestações de contas com instruções conclusivas	131	116	66	313
Produção total de instruções emitidas	250	282	66	598
Produção total de informações emitidas	109	103	52	264

Tabela 9 – Fonte: Diretoria de Contas Municipais

3.3 CONTROLE DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No 4º trimestre de 2012, o foco na análise da transferência de recursos continuou sendo na certificação do cumprimento dos objetivos acordados com os entes e pesquisadores beneficiados, além da verificação do cumprimento dos prazos pactuados e do adequado planejamento e dimensionamento dos recursos necessários para o desenvolvimento das pesquisas propostas, de modo a evitar que os recursos ficassem desnecessariamente parados, às vezes, por anos. Além disso, neste período, foram analisadas, também, pelo Tribunal as contas de exercícios anteriores – 2007 e 2008 – referentes aos recursos repassados pelos municípios às entidades privadas sem fins lucrativos, porém, ainda em trâmite na Casa.



Durante o período em comento, foi apresentada a seguinte produção da Diretoria de Análise de Transferências (DAT):

Item de controle	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Produção de processos de prestações de contas de transferência com instruções conclusivas	373	344	348	1.065
Atos emitidos (instruções, informações e pareceres)	736	688	350	1.774
Despachos processuais diversos	360	225	127	712
Emissão de ofícios de contraditório/diligência*	224	0	0	224

Tabela 10 - Fonte: sistema de trâmite DAT

* A partir de 01/10/2012 os referidos ofícios passaram a ser emitidos pela DP. A produção do mês de Outubro é decorrente da transição desta atividade.

As atividades desenvolvidas pela Diretoria de Análise de Transferências (DAT) são divididas nas seguintes áreas de atuação:

1 - Área Administrativa:

- Controle da recepção e distribuição dos processos, emissão de informações, despachos e ofícios em geral, serviços de apoio administrativo e *Help-Desk*.

2 - Área Jurídica:

- Emissão de informações e pareceres nos pedidos de certidão liberatória, recursos de revista e pedidos de rescisão.

3 - Área de Análises e Fiscalização:

- Análise dos processos de prestação de contas dos recursos transferidos pelo Estado e Municípios a título de transferência voluntária. Realização de inspeções.

3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO

Destaque-se que, durante o ano de 2012, o Tribunal envidou esforços para o incremento na quantidade analisada dos processos de atos de pessoal. Para fins de comparação, no mesmo período de 2011, foram analisados 1.499 atos de pessoal, considerando a 1ª análise, ou seja, houve um aumento de 114%.

4º trimestre 2012

Processos de atos de pessoal analisados (1ª análise)	3.207
--	--------------

Tabela 11 – Fonte: Sistema de trâmite TCE-PR



3.5 FISCALIZAÇÕES POR INICIATIVA PRÓPRIA

No exercício de suas atribuições, o Tribunal, realizou, por iniciativa própria, fiscalizações presenciais nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a legitimidade, a eficiência, a eficácia, a proteção ambiental, a responsabilidade social e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos.

3.5.1 PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização trata-se de um instrumento gerencial que contém as informações dos procedimentos de fiscalização que serão adotados durante o exercício pelas unidades técnicas do TCE-PR e Inspetorias de Controle Externo. Os procedimentos de fiscalização estão compreendidos em auditoria, inspeção, levantamento e acompanhamento.

A normatização do PAF consta do artigo 260 do Regimento Interno, e o inciso XXXIX do artigo 5º do RI estabelece a competência ao Tribunal Pleno para aprovação da proposta anual. A Resolução nº 07/2006 regulamenta a elaboração dos Planos Anuais de Fiscalização e os procedimentos de inspeção.

Abaixo, consta o gráfico que representa a evolução do Plano Anual de Fiscalização (PAF) para 2012.

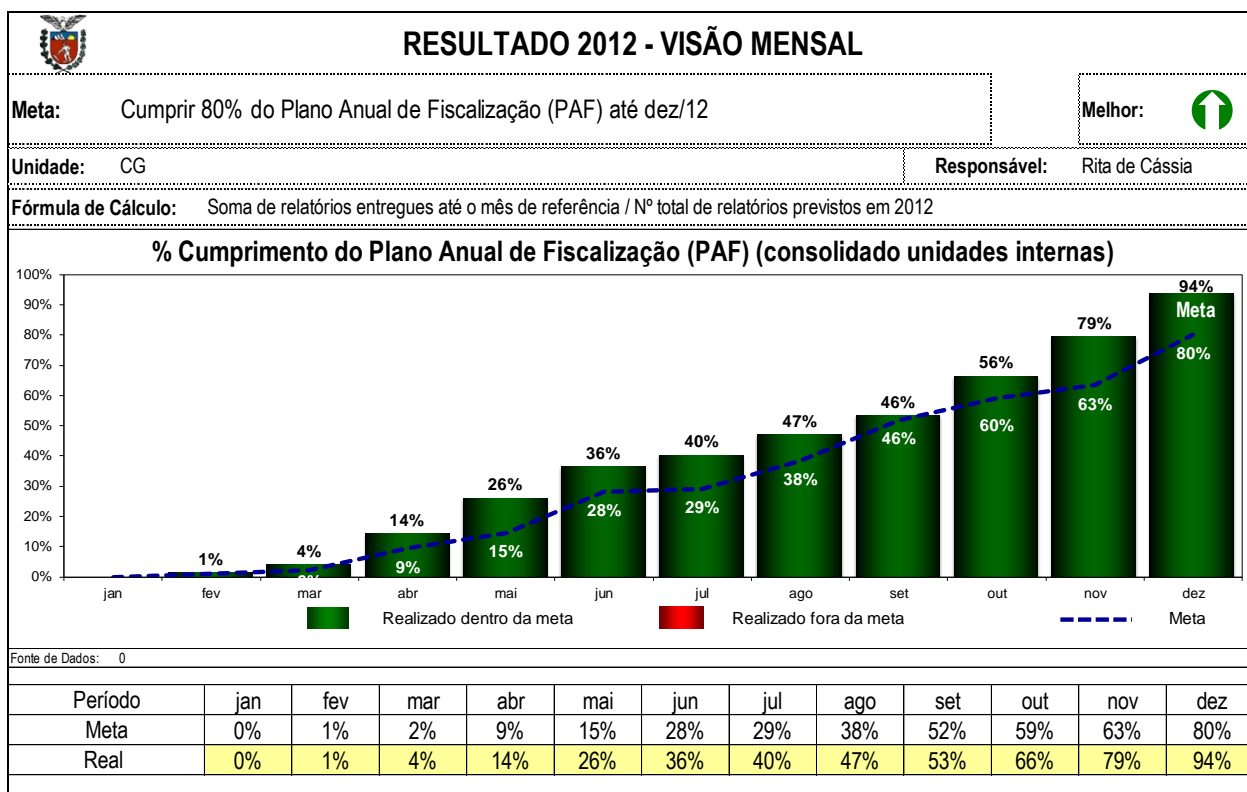


Figura 2 - Evolução do cumprimento do PAF



3.5.2 RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES

A seguir, constam os dados relativos ao percentual de cumprimento do Plano Anual de Fiscalização das unidades internas do TCE-PR:

Indicador		out	nov	dez
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na CEA	Nº de Relatórios Previstos	1	0	0
	Nº de Relatórios Realizado	2	1	0
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DCM	Nº de Relatórios Previstos	0	0	7
	Nº de Relatórios Realizado	1	7	2
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DCE	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0
	Nº de Relatórios Realizado	0	0	0
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DAT	Nº de Relatórios Previstos	4	3	3
	Nº de Relatórios Realizado	3	2	1
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DIJUR	Nº de Relatórios Previstos	1	1	5
	Nº de Relatórios Realizado	3	1	8
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na CAD	Nº de Relatórios Previstos	0	0	1
	Nº de Relatórios Realizado	0	0	0
% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DEX	Nº de Relatórios Previstos	1	0	0
	Nº de Relatórios Realizado	1	0	0
	TOTAL PREVISTO	7	4	16
	TOTAL REALIZADO	10	11	11

Tabela 12 - Fonte: Coordenadoria de Auditorias (CAD)

3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS

Durante o período ora telado, um dos principais destaques foi a realização das Auditorias Operacionais (AOPs) em Órgãos da Administração Pública ou nos Programas de Governo.



A seguir, constam as ações referentes às Auditorias Operacionais:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	PROCESSO TC	FASE
1. Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba)	538143/11	Elaboração do Relatório Final
2. Atuação do 3º Setor na Área da Saúde	711850/12	Elaboração do Relatório Final

Tabela 13 - Fonte: Coordenadoria de Auditorias (CAD)

I - Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba), encerrado em 2010.

Apresentação: Originária de demanda da Presidência deste Tribunal, a investigação sobre o tema da identificação e do tratamento de danos socioambientais decorrentes do Aterro Sanitário de Curitiba (encerrado em outubro de 2010) integra a proposta de realização de Auditoria Operacional na área de Meio Ambiente, da Coordenadoria de Auditorias (CAD), constante do Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2011, aprovado pelo Acórdão nº 483/11 do Tribunal Pleno.

II - Atuação do 3º Setor na Área da Saúde

Apresentação: Proposta integrante do PAF 2012, que foi aprovado pelo Acórdão 421/12, a realização de fiscalização na área da Saúde Pública ocorreu no segundo semestre de 2012, e contou, desde a fase inicial de planejamento dos trabalhos, com a Equipe Saúde da CAD, composta de 02 médicos e 02 odontólogas, que desenvolvem atividades de fiscalização afeitas à sua área de formação. Por meio de enquete realizada no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre os dias 02/12/2011 e 31/01/2012, 1.040 cidadãos tiveram a oportunidade de eleger o tema específico a ser priorizado, vencendo com cerca de 24% do total (246 respondentes) a atuação do terceiro setor na área.

3.7 PRODUÇÃO DE PROCESSOS NO TCE-PR

3.7.1 PROCESSOS PROTOCOLADOS E DISTRIBUÍDOS

Durante o 4º trimestre, e como decorrência das atividades de controle externo e atividades internas desenvolvidas pelo Tribunal, foram protocolados e distribuídos aos relatores, na forma do Regimento Interno, a seguinte quantidade de processos:

4º trimestre 2012	
Processos Protocolados e Distribuídos	4.156

Tabela 14 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR



No mesmo período, foram distribuídos entre os Conselheiros e Auditores, os seguintes processos:

Relator	Resumo da Distribuição de Processos por Relator
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	261
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	249
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	522
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	127
HERMAS EURIDES BRANDÃO	233
IVAN LELIS BONILHA	232
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	479
JAIME TADEU LECHINSKI	451
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	318
NESTOR BAPTISTA	383
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	446
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	455
TOTAL	4.156

Tabela 15 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR

3.8 DECISÕES PROFERIDAS

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal (Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, Acórdãos e Acórdão de Parecer Prévio) estão representados abaixo:

Tipo de Decisão	Decisões Proferidas
Acórdão	1.114
Acórdão de Parecer Prévio	159
Decisão Definitiva Monocrática (DDM)	1.946
TOTAL	3.219

Tabela 16 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR



A seguir, consta a produção de decisões categorizadas por relator, a saber:

RELATOR	Processos com decisão			TOTAL de decisões por relator
	ACO	DDM	PPR	
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	217	91	33	341
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	128	73	30	231
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	10		9	19
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARAES	51			51
HERMAS EURIDES BRANDÃO	146	166	20	332
IVAN LELIS BONILHA	138	58	18	214
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	53	351		404
JAIME TADEU LECHINSKI	61	400	7	468
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	98	90	22	210
NESTOR BAPTISTA	162	142	4	308
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	26	380	11	417
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	24	195	5	224
TOTAL	1.114	1.946	159	3.219

Tabela 17 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR

3.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR

Em 2012, foi contratada empresa de comunicação que elaborou roteiro e filmagem dos resultados das análises das Prestações de Contas em linguagem apropriada para o exercício do controle social. Os vídeos produzidos e apresentados nas sessões plenárias de julgamento dos Pareceres Prévios foram encaminhados à ALEP e à Casa Civil, tendo sido sugerida sua utilização em Audiências Públicas. Constam na *internet* para acesso irrestrito tanto os vídeos produzidos quanto os *e-books*.

3.10 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS

A emissão de certidões liberatórias para fins de habilitação ao recebimento de transferências e realização de operações de crédito de qualquer natureza está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais contidos nos artigos 289 a 297 do Regimento Interno e em demais atos normativos do Tribunal e serão disponibilizadas ao Poder Executivo Estadual e Municipal.



No último trimestre de 2012, foram emitidas as seguintes certidões liberatórias:

4º trimestre 2012	
Certidões Liberatórias Emitidas	5.367

Tabela 18 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR

3.11 RECUPERAÇÃO DE RECEITA DECORRENTE DE DECISÕES DO TCE

Abaixo, consta a tabela do período em tela, conforme informações fornecidas pela Diretoria de Execuções (DEX).

	2012
Sanções pecuniárias, já considerando restituições de valores e multas (o que o TCE mandou devolver).	R\$ 937.891,56
Valor recolhido ao Estado e aos Municípios (o que foi efetivamente cumprido), já considerando as multas.	R\$ 640.338,03
Multa administrativa + multa por infração fiscal (erário estadual) - quanto o TCE mandou devolver	R\$ 73.289,76
Multa administrativa + multa por infração fiscal (erário estadual) - quanto foi efetivamente cumprido	R\$ 59.040,26

Tabela 19 - Fonte: Diretoria de Execuções

Para fins de informação, o índice de recolhimento foi de quase 75% durante todo ano de 2012, sendo que a média do TCE-PR era de 3%.

Para que este resultado fosse alcançado foram adotadas mudanças de procedimento nas ações do Tribunal, a DEX passou a cobrar do órgão credor (a quem deviam ser recolhidos os recursos) que adotasse as providências judiciais cabíveis, no caso de não recolhimento espontâneo.

Em decorrência da nova sistemática adotada, descobriu-se que muitos municípios não davam o adequado andamento às execuções. Em face do exposto, a partir de 2012, a DEX passou a exigir o encaminhamento semestral de uma certidão de inteiro teor da execução judicial, assim como o envio da decisão final, no momento oportuno.

Somente assim, a Corte de Contas atualizou suas informações acerca dos recolhimentos de multas aplicadas e débitos pendentes de forma satisfatória e segura.



3.12 ATIVIDADES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Durante o período ora em comento, a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (CEA) desenvolveu ou participou das seguintes atividades:

➤ **COMISSÃO COPA 2014**

A comissão foi instituída com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela execução das ações visando à implementação do Protocolo de Intenções firmado entre o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e diversos órgãos e entidades públicas para articulação de apoio e ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização das obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014, firmado em 25/08/2009.

No 4º trimestre de 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) Envio de comunicação de irregularidade da obra Viaduto Estaiado;
- 2) Visita conjunta à obra da Rodoferroviária, com vistas a atender os trabalhos previstos no convênio firmado entre TCE-PR e UFPR. A visita contou com a presença de alunos, mestrando e professores tutores da UFPR - Universidade Federal do Paraná – e da equipe da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TCE-PR.

➤ **COMISSÃO METRO LINHA AZUL**

A comissão foi instituída com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pelo acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul, Santa Cândida / CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal.

No período em questão, foi elaborada a instrução nº 45/12, referente à análise dos contraditórios apresentados relativamente aos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria da Linha Azul – Santa Cândida /CIC Sul do sistema de Metrô de Curitiba, cujo processo é o de nº 467048/09 de relatoria do Conselheiro Hermas Eurides Brandão.

Considerando o ofício 518/2012-PGM da Procuradora-Geral do Município de Curitiba, de 16 de agosto de 2012, que comunica a esta Casa de Contas a necessidade de readequação da modelagem econômico-financeira do projeto em face da alteração da Lei 11.079/2004, a comissão aguarda a finalização do referido procedimento para proceder à análise do novo Edital e anexos, devidamente readequados.

➤ **PROJETO OBRAS PARALISADAS**

O projeto consiste em verificar, em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), a real situação das obras públicas municipais do Estado do Paraná cadastradas como paralisadas no Sistema de Informações Municipais (SIM-AM), deste Tribunal.



Os objetivos gerais são aprimorar a atuação do TCE-PR e do CREA-PR e ampliar a capacidade da sociedade de exercer o controle social.

Os objetivos específicos foram, no âmbito das duas entidades envolvidas, a integração de todas as informações sobre as obras paralisadas, disponíveis nas respectivas bases de dados, e a publicidade do resultado do projeto (no âmbito do TCE-PR); a validação das informações sobre as obras paralisadas constantes na base de dados do SIM-AM; e, no âmbito do CREA-PR, a verificação da regularidade, perante o órgão de classe, dos profissionais envolvidos no planejamento e execução das obras que fazem parte do projeto.

No mesmo período em tela, houve a conclusão de todos os produtos do projeto e apresentação do relatório final. O resultado do trabalho consta no site do TCE-PR, intitulado “Fiscalização de Obras Públicas Paralisadas”.

3.13 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPjTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

➤ **Atividade Processual**

O MPjTC, durante o período em comento, obteve a seguinte quantidade de produção processual, conforme descreve a tabela abaixo:

Item de controle	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Produção de processos com pareceres conclusivos	2.169	1.598	780	4.547

Tabela 20 – Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR

CAPÍTULO IV - atividades administrativas

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 GERENCIAMENTO PELAS DIRETRIZES

Para o atingimento dos objetivos estratégicos, os quais foram desdobrados em metas tangíveis para as unidades do TCE-PR, conforme já explicado no item 1.2 (Diretrizes Institucionais), foi utilizado o Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), que é um sistema de planejamento e gestão, o qual determina os objetivos da organização por meio do planejamento estratégico e permite o seu desdobramento em todos os níveis hierárquicos, sem se desviar dos rumos definidos no plano.

Sendo assim, a metodologia do GPD se apresentou como a solução mais moderna e tecnicamente adequada, motivo pela qual foi contratada consultoria especializada para suportar a sua implementação no âmbito do TCE-PR.

➤ RESULTADOS DE ATINGIMENTO DE METAS

A seguir, consta o gráfico que representa a evolução do “estoque de processos” do Tribunal, principal diretriz de produção dessa gestão. Os dados apresentados contemplam a situação até 31 de dezembro de 2012.

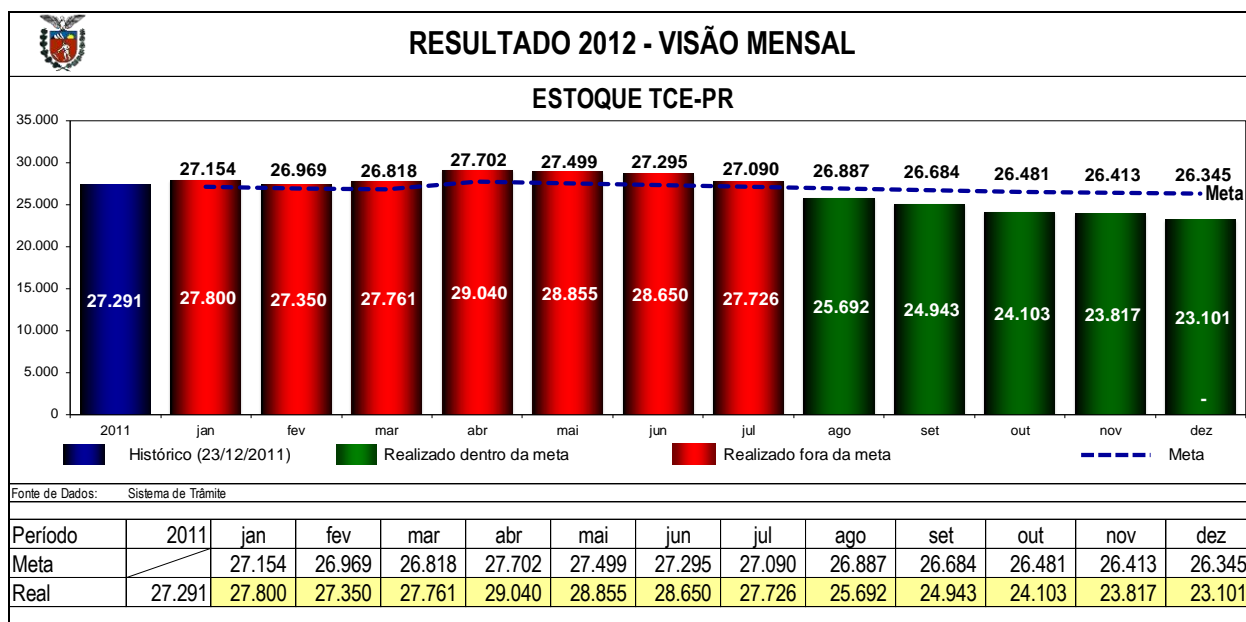


Figura 3- Visão mensal do estoque geral de processos - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR

Após a apuração do resultado final (em dezembro de 2012), identifica-se uma redução de **4.190** processos externos e requerimentos do TCE-PR em relação à posição em 23 de dezembro de 2011, ou seja, **15,35%** menor. Como se pode notar, de janeiro a julho de 2012, o estoque total esteve acima do esperado (meta), com alguns meses de leve ascendência. No entanto, a partir de agosto, o TCE-PR conseguiu ultrapassar a meta com uma tendência gradativa de queda em direção ao final do ano.

5. GESTÃO DE PROJETOS

A fim de dar respostas mais rápidas e efetivas às demandas da sociedade, novas ferramentas se mostraram necessárias para o fortalecimento da atuação do TCE-PR. Adotaram-se, como estratégia institucional, as melhores práticas contidas no PMBOK® (*Project Management Body of Knowledge*), voltadas para a estruturação de projetos.

Em um contexto de gestão estratégica, a gestão de projetos é um instrumento para auxiliar o TCE-PR no cumprimento de sua missão através de ações coordenadas entendidas como prioritárias e pautadas nos valores do órgão, que são extraídas dos objetivos estratégicos.

Em novembro de 2012, foi aprovada a Instrução Normativa nº 78/2012, que dispõe sobre a Gestão de Projetos e o Portfólio de Projetos Institucionais do TCE-PR. Nessa IN, foi definido o conceito de Projetos Institucionais. Além disso, ficou estabelecido que a Gestão do Portfólio será de responsabilidade do Grupo Gestor de Portfólio Institucional, o qual será nomeado pelo Presidente da Casa. Também se definiu que o TCE-PR adotará o *software Channel* como ferramenta padrão de gerenciamento dos projetos e portfólio. A fim de detalhar esse conjunto de normas, a COPLAN elaborou um Guia de Gestão de Projetos e um de Gestão de Portfólio de Projetos Institucionais, os quais estão anexos a essa Instrução Normativa.

A utilização da metodologia de Gestão de Projetos possibilita a obtenção de inúmeros benefícios por este Tribunal, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Aumento do comprometimento com objetivos e resultados;
- Estabelecimento de prioridades;
- Aumento da integração entre as unidades;
- Redução nos prazos de entrega;
- Otimização na utilização de recursos humanos;
- Aumento da produtividade.

6. PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

Durante o ano de 2012, foram iniciados e desenvolvidos, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, os programas Gestão Pública, Fiscalização Cidadã e TCE Digital II.

STATUS DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Nº	PROGRAMAS	PROJETOS	REALIZADO ATÉ 07/01/2013	PREVISÃO DE TÉRMINO
1	Fiscalização Cidadã	SEI - Sistema Estadual de Informações	Em Planejamento	ND
2		AP - Atos de Pessoal	48,48%	09/07/2015
3		SIT - Sistema Integrado de Transferências	99,86%	07/12/2012
4		SIM - Sistema de Informações Municipais	74,08%	29/03/2013
5		Obras Públicas	97,55%	29/03/2013
6		Projeto Previdência	84,88%	19/12/2014
7		SICAD - Sistema de Cadastro de Pessoas	100,00%	04/12/2012
8		Atoteca	41,94%	06/05/2013
9	Gestão Pública	SIM-PCA	71,88%	30/09/2013
10		PAF Social	97,61%	30/04/2013
11	TCE Digital II	Unificação Digital	32,58%	24/12/2013
12		Memória Impressa	90,73%	05/12/2012

Figura 4 - Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 07/01/2013. Fonte: Sistema *Channel*



6.1 PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA

O Programa Gestão Pública foi instituído pela Portaria 428/11 com a finalidade de promover a divulgação dos dados da gestão municipal à sociedade, constituir uma rede social de controle e propiciar subsídios para a tomada de decisão das ações de controle externo.

O referido Programa é composto pelos seguintes Projetos: PAF Social e SIM PCA.

➤ PROJETO PAF SOCIAL

O Programa Anual de Fiscalização Social, o PAF SOCIAL, foi criado nos termos do Acórdão 1651/11 – Tribunal Pleno, e da Portaria nº 550/11, com a ideia de que a fiscalização do uso do dinheiro público também é direito/dever do cidadão.

O objetivo deste projeto foi o de formar uma ampla rede de controle, por meio da cooperação técnica-institucional de diferentes entes representativos da sociedade (Universidades, Órgãos de Classe, Conselhos Municipais e Estaduais, entre outros), a fim de acompanhar a Gestão Pública. Além disso, este projeto realizou um mapeamento regional das áreas e/ou políticas públicas que, na percepção da sociedade, exigiam maior controle e, portanto, maior atuação do Tribunal de Contas.

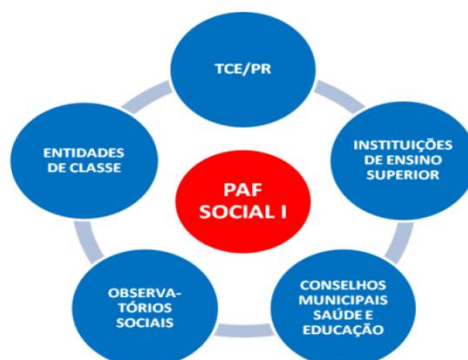


Figura 5 - Stakeholders do PAF Social - Fonte: Termo de Referência do PAF Social

Como fechamento anual, apresentamos os resultados de 2012 do PAF SOCIAL:

- Realizadas 9 Auditorias Operacionais nas áreas definidas, com emissão do relatório final do Projeto, resultando na elaboração de 9 Relatórios de Auditoria Operacional nas áreas definidas, os quais estão em trâmite nesta Corte de Contas;
- Elaborados 06 projetos de pesquisa acadêmica sobre indicadores de gestão pública municipal;
- Elaboração de vídeos de treinamento e fichas de trabalho com base na metodologia de Auditoria Operacional;
- Participação em reuniões e conquista de apoio interinstitucional para realização de novas Auditorias Operacionais, inclusive com destinação de recursos em razão do interesse despertado pelos resultados obtidos;



- Apresentação dos resultados e da metodologia em evento internacional organizado pelo BID para o Governo da Noruega.

➤ PROJETO SIM PCA

O Projeto SIM PCA foi criado a partir da Portaria 551/11 e tem como meta aprimorar o escopo de fiscalização e análise da gestão municipal, com o intuito de subsidiar os Pareceres Prévios emitidos em face das prestações de contas municipais e utilizar indicadores de gestão como critério para seleção de auditorias municipais. A partir de 2013, este projeto passará a fazer parte do Programa Fiscalização Cidadã.

Em 2012, o SIM PCA apresentou os seguintes resultados:

- Foi mantida a redução do escopo de análise da PCA 2011;
- Realizados encontros com gestores para apresentar as mudanças do novo SIM-AM. Em conjunto foram apresentados os conceitos da nova metodologia de análise das contas anuais;
- Elaboração, pela DCM, dos requisitos funcionais do novo sistema, permitindo à DTI definir recursos necessários ao desenvolvimento do sistema;
- O projeto para o desenvolvimento do acompanhamento finalizado e incluído no *software Channel* para execução conforme cronograma até o final de setembro de 2013.

6.2 PROGRAMA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ

O Programa foi instituído por meio da Portaria nº 420/11 e visa a aprimorar os processos de fiscalização, oferecendo ferramentas eficientes e padrões adequados para a realização do controle externo, bem como fornecer informações necessárias para o exercício do controle social. Este é composto pelos seguintes Projetos: Atos de Pessoal; Sistema Integrado de Transferências – SIT; Sistema Estadual de Informações – SEI; Sistema de Informações Municipais – SIM; Previdência; Obras Públicas; e Novo Cadastro de Pessoas.

Ao final de 2012, os projetos deste programa apresentavam as seguintes situações:

Projeto	Percentual	Resultados
SIT	99,86%	Incremento do número de Prestações de Contas de Transferências enviadas ao TC, com o conseqüente aumento do montante dos recursos públicos fiscalizados.
SIM/AM	74,08%	Versão 2013 completamente reformulada e construída a partir da sugestão de especialistas e usuários, ouvidos em audiências públicas e de conformidade com a nova legislação. Está organizada em 11 módulos: Contábil, Contrato, Controle Interno, Folha de Pagamento, Licitação, Obras Públicas, Patrimônio,



		Planejamento e Orçamento, Tabelas Cadastrais, Tesouraria e Tributário.
SIAP	48,48%	A codificação do módulo Aposentadoria foi concluída em 2012. Atualmente, está ocorrendo a fase de testes para homologação.
ATOTECA	41,94%	<p>A Atoteca, repositório oficial dos documentos enviados pelos jurisdicionados, encontra-se atualmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- delimitada às unidades administrativas da Casa DIJUR e DCM, usuárias dos sistemas SIM AP (em desenvolvimento) e SIM AM, de onde os dados serão captados os dados.- módulo referente à definição as telas de implantação está encerrado em fase de teste.- módulo de pesquisa está conclusivo, aguardando validação através dos testes.- os testes aqui referidos tem data revista para o mês de janeiro do corrente ano.- a parte referente ao vocabulário controlado, que se refere à uniformização dos assuntos foi elaborada através da coleta e adaptação dos assuntos já existentes do sistema Pergamum.
Obras Públicas	97,55%	<p>Elaboração das especificações do novo sistema de fiscalização de obras públicas municipais e treinamento das entidades para o seu preenchimento.</p> <p>Decidiu-se pela manutenção do sistema de obras públicas como módulo do SIM-AM 2013.</p>
Previdência	84,88%	O percentual indicado no Projeto Previdência inclui basicamente ações de estudo e análise de parâmetros previdenciários, não incluindo o desenvolvimento do sistema, que está previsto, mas cujo prazo estimado de execução deverá ser reavaliado.
SICAD	100%	Implantado o novo sistema de cadastro do TC integrado aos dados da Receita Federal gerando segurança nas informações e acesso irrestrito a todos os servidores do TC.
SEI	(em planejamento)	Encontra-se na fase de planejamento dos trabalhos, incluindo o conhecimento dos sistemas de auditoria existentes nos tribunais, a análise do sistema desenvolvido pelo TCU e o estudo interno acerca do sistema do TCU para desenvolver sistema próprio.

Tabela 21 - Fonte: gerentes dos projetos e *status* contido no *software channel*

Comentários:

(1) Os percentuais apontados referem-se à posição em 07/01/2013 (1º dia útil de 2013), porém retratam a situação do encerramento de 2012.



- (2) O projeto SIM tem previsão de conclusão para até o dia 29/03/2013.
- (3) No projeto SIAP, a codificação do módulo Aposentadoria foi concluída em 2012. A etapa seguinte diz respeito à fase de testes para homologação.
- (4) O percentual apontado no projeto Obras Públicas (OP) refere-se basicamente à análise de compatibilização deste com outros sistemas, à especificação preliminar do projeto e à definição de regras do sistema, atrelados ao SIM. O desenvolvimento de parte do sistema para atender o OP está incluído no SIM.
- (5) O percentual indicado no Projeto Previdência inclui basicamente ações de estudo e análise de parâmetros previdenciários, não incluindo o desenvolvimento do sistema, que está previsto, mas cujo prazo estimado de execução deverá ser reavaliado.

➤ **Projeto Atos de Pessoal**

Este projeto foi instituído pela Portaria nº 421/11, a fim de desenvolver um sistema informatizado para captação, análise, crítica e conclusões à vista dos dados atinentes aos atos de pessoal praticados e informados pelos jurisdicionados, objetivando implementar melhorias na fiscalização dos atos de pessoal, sujeitos a registro, de âmbito estadual e municipal.

Ao final de 2012, o projeto apresentava os seguintes resultados:

Ação	Percentual
Fixação de forma democrática dos Requisitos do Sistema	100%
Projeto Sistematizado do Sistema	100%
Alteração do Projeto em acatamento às sugestões apresentadas	100%
Projeto Preliminar Homologado	100%
Casos de Uso, Protótipos de Tela, Modelagem de Dados e Codificação	80%
Codificação das regras de captação e das rotinas de tela e navegabilidade	50%
Desenvolvimento de 80% das rotinas necessárias à integração da petição inicial e aproximadamente 20% das rotinas para petição intermediária	50%

Tabela 22 - Fonte: *software channel*

➤ **Projeto Sistema Integrado de Transferências – SIT**

O Projeto Sistema Integrado de Transferências (SIT) foi iniciado através da Portaria nº 422/11, dando cumprimento ao disposto no art. 228, do Regimento Interno da Casa. Tem como objetivo o desenvolvimento de instrumentais para a fiscalização dos repasses e da execução das despesas de transferências voluntárias estaduais e municipais, com vistas ao aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas, além da disponibilização das informações necessárias para o exercício do controle social.



A prestação das informações relacionadas às transferências voluntárias através do SIT tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2012 para todas as entidades que repassam ou recebem recursos públicos de transferências voluntárias no estado do Paraná.

Em 2012, foram implementadas as seguintes melhorias:

- Ajuste Relatório Circunstanciado;
- Integração SIT com Ágiles;
- Integração SIT com Sistema Certidão Liberatória;
- Relatório de Transferência;
- Obras: Acrescentar Campo RRT;
- Possibilidade de Edição de Informação;
- Mecanismo de glosa para o concedente e bloqueio das despesas já avaliadas;
- Discriminação da devolução de saldo;
- Restrição da exclusão dos anexos juntados pelo concedente ou tomador;
- Aperfeiçoamento da Tela Rescisão;
- Despesas;
- Finalização dentro do último bimestre;
- Despesa – Campo complementar de descrição da despesa;
- Despesa – alterações significativas na tela;
- Identificação de quais notas não tem bens adquiridos registrados;
- Colunas Interativas;
- Lista de Bens adquiridos;
- Despesas – Incluir Coluna “Tipo da Despesa”.

➤ **Projeto Sistema Estadual de Informações – SEI**

O Sistema Estadual de Informações foi implantado pela Portaria 423/11 e tem como objetivo desenvolver o novo sistema de fiscalização da administração estadual, assim como, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias para o exercício do controle social.

Em 2012, O SIAF estadual foi adequado às normas de contabilidade para 2013.

➤ **Projeto Sistema de Informações Municipais – SIM**

O projeto do novo Sistema de Informações Municipais foi instituído pela Portaria nº 805/11 e tem por finalidade adequar o plano de contas aos requisitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), padronizar e consolidar as contas públicas, por meio da reformulação do Sistema de Informações Municipais, já existente.

O novo Sistema é uma ferramenta eletrônica utilizada para o encaminhamento da Prestação de Contas. Esse Sistema evita deslocamentos de servidores das Prefeituras a Curitiba e reduz os gastos dos municípios com o correio, além de padronizar procedimentos, agilizar e aprimorar a análise de dados. Dessa forma, o SIM estabeleceu mecanismos mais precisos de análise de dados, permitindo ao Tribunal um controle mais eficiente e eficaz dos gastos públicos.



Em 2012, foram executadas as seguintes ações:

- Elaboração de estudos do PCASPM-PR;
- Elaboração de estudos das novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- Realização de palestras sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público nos eventos organizados pela Receita Federal do Brasil sobre o SIMPLES NACIONAL;
- Elaboração do PCASPM-PR;
- Elaboração e divulgação de tabela padronizada contendo os principais eventos contábeis do PCASPM-PR;
- Realização de Audiência Pública no Canal da Música para divulgação do PCASPM-PR;
- Elaboração do Projeto SIM-AM 2013, contendo os seguintes Módulos, todos adequados à Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público:
 1. Tabelas Cadastrais;
 2. Planejamento e Orçamento;
 3. Contábil;
 4. Tesouraria;
 5. Licitações;
 6. Contratos;
 7. Controle Interno;
 8. Patrimônio;
 9. Tributário; e
 10. Folha-de-Pagamento,
- Elaboração do *layout* de todos os módulos do sistema;
- Realização de Eventos Externos para os jurisdicionados da área municipal;
- Treinamento dos Servidores do TCE sobre o sistema SIM-AM adequado à Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Desenvolvimento do Sistema SIM-AM 2013 e
- Documentação do Sistema.

➤ **Projeto Obras Paralisadas**

O projeto consiste em verificar, em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), a real situação das obras públicas municipais do Estado do Paraná cadastradas como paralisadas no Sistema de Informações Municipais (SIM-AM), deste Tribunal. Os objetivos gerais são aprimorar a atuação do TCE-PR e do CREA-PR e ampliar a capacidade da sociedade de exercer o controle social.



Planejado	Executado	Resultados
Projeto Obras Paralisadas	Em continuidade à parceria firmada com o CREA-PR nas inspeções, foi realizado o levantamento das obras municipais paralisadas no Paraná. Além disso, foram realizadas a definição e homologação do sistema para as auditorias com viagens de fiscalização e ligações telefônicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Emissão de relatório com resultados e análises dos dados obtidos nas fiscalizações; - Celeridade e otimização das auditorias em razão do trabalho conjunto e do compartilhamento de informações entre TCE-PR e CREA-PR; - Aumento da abrangência do número de municípios e obras auditados.

Tabela 23 - Fonte: Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

➤ **Projeto Previdência**

O Projeto Previdência foi iniciado pela Portaria 865/11 e tem como objetivo desenvolver junto aos jurisdicionados, que possuam RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social), tanto nos Municípios quanto no Estado, procedimentos de Gestão Previdenciária, analisando, para isso, as áreas atuarial, contábil, jurídica e mercado financeiro, com observância dos corretos conceitos da previdência: caráter contributivo, equilíbrio financeiro e atuarial, formação de poupança interna de longo prazo, pagamento dos benefícios relacionado à formação do plano de custeio e distribuição de renda.

Em 2012, foram apresentados os seguintes resultados:

- Avaliados requisitos de análise necessários para fins da fiscalização, prestação de contas dos RPPS e desenvolvimento de Sistema Previdenciário, com foco em gestão previdenciária. Para este fim, foram estudadas questões atuariais, contábeis, jurídicas e mercado financeiro.

Planejado	Executado	Resultados
1. ELABORAÇÃO DE PARÂMETROS PARA ANÁLISE PREVIDENCIÁRIA	100%	Foram avaliados requisitos de análise necessários para fins da fiscalização, prestação de contas dos RPPS e desenvolvimento de Sistema Previdenciário, com foco em gestão previdenciária. Para este fim, foram estudadas questões atuariais, contábeis, jurídicas e mercado financeiro.
2. PROJETO PILOTO DE FISCALIZAÇÃO NOS RPPS Prazo: 06/08/2012 a 26/11/2012	79,33%	Foi escolhido o RPPS de Paranaguá e feita uma auditoria.
3. PROJETO ANÁLISE DOS RPPS EM EXTINÇÃO Prazo: 06/08/2012 a 19/11/2012	34,55%	Analisada e fiscalizada a gestão dos Regimes Próprios em Extinção.
4. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA	1,45%	Desenvolvimento de um Sistema Previdenciário do TCE-PR, com foco em gestão previdenciária, nas



PREVIDENCIÁRIO DO TCE-PR		áreas atuarial, contábil, jurídica e mercado financeiro.
Prazo: 01/10/2012 a 19/12/2014		

Tabela 24 - Fonte: gerente do projeto Previdência

➤ **Projeto SICAD – Sistema de Cadastro de Pessoas**

Instituído pela Portaria 966/11, o Novo Cadastro de Pessoas teve como meta redesenhar e reconstruir o sistema de captação e manutenção dos dados cadastrais dos jurisdicionados, fornecedores, agentes públicos e demais pessoas jurídicas e físicas que se relacionam com o Tribunal, já que o sistema em uso estava obsoleto. A ideia central visou à criação de um novo sistema de cadastro de pessoas com três interfaces: uma externa, para os jurisdicionados, e duas internas, uma para consulta geral e outra para cadastramento.

Planejado	Executado	Resultados
Desenvolver o SICAD – Sistema de Cadastro de Pessoas	100% executado	Implantado o novo sistema de cadastro do TC integrado aos dados da Receita Federal gerando segurança nas informações e acesso irrestrito a todos os servidores do TC. O produto é inteiramente Web com interfaces adequadas para as unidades administrativas e para os jurisdicionados.

Tabela 25 - gerente do projeto Previdência

6.3 PROGRAMA TCE DIGITAL II

O TCE Digital II foi implantado pela Portaria nº 427/11, tendo como objetivo central consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais pelo meio digital.

Para fins de informação, a Digitalização do Acervo foi concluída em junho de 2012.

➤ **Projeto Memória Impressa**

Este projeto, iniciado em julho de 2012, tem por objetivo concluir a destinação do acervo de processos e documentos impressos, que foram digitalizados.

A partir da assinatura do Termo de Custódia, acordado com o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) em junho de 2012, deu-se início à execução do projeto para a embalagem e transferência do acervo para o espaço disponibilizado por esse órgão. Em 07/01/2013 (primeiro dia útil do ano, refletindo a exata situação no encerramento do exercício em questão), a realização do projeto encontrava-se na situação demonstrada abaixo.



Planejado	Resultados
Processos Encerrados	Proc. Devolvidos = 0 Proc. Transf. DEAP = 15.524 Proc. Eliminados = 23.814 Cx. Proc. Transferidos = 2.172
Processos em Trâmite	Proc. Devolvidos = 15.315 Proc. Transf. DEAP = 7.879 Proc. Eliminados = 0 Cx. Proc. Transferidos = 1.801
Acervo Histórico	Vol. Transf. DEAP = 0 Cx. Doc. Transferidos = 0
Registros Funcionais	Proc. Transf. DGP = 0 Proc. Eliminados = 0
Documentos Financeiros	Transf. DEAP = 0
Demais documentos	Cx. Doc. Transferidos = 342
TOTAIS	Proc. Devolvidos = 15.315 Proc. Transf. DEAP = 23.403 Proc. Eliminados = 23.814 Cx. Proc. Transferidos = 3.973 Cx. Doc. Transferidos = 342

Tabela 26 - gerente do programa TCE Digital II

➤ **Projeto Unificação Digital**

Este projeto integra o Programa TCE Digital Fase II com a finalidade de consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais por meio digital.

Há que se ressaltar o elevado grau de inovação introduzido neste projeto por adotar a tecnologia de BPM (Ágiles) e, por consequência, práticas voltadas para a execução de processos e atividades.

Além de impor grande risco ao cumprimento do planejamento, a inovação exigiu grandes esforços de capacitação da equipe e o desenvolvimento do ambiente tecnológico até então praticamente desconhecido pela equipe de tecnologia do TCE. Vários aspectos, por serem exigências do TCE, também não estavam completamente dominados pelo fabricante da solução Ágiles, que, por consequência, teve que desenvolver, acarretando mais tempo para a transferência da tecnologia.



Planejado	Executado	Resultados
Capacitação da Equipe e Ambiente de Projeto	Equipes de infraestrutura e de desenvolvimento treinadas; Ambiente tecnológico de projeto desenvolvido.	Equipe e ambiente prontos.
Sistema de Trâmite de Procedimentos Administrativos	Sistema desenvolvido e implantado	Implantado para requerimentos de viagem como piloto durante o mês de outubro. Previsão de estender para requerimentos de servidores e para procedimentos de fiscalização e comunicação de irregularidades.
Sistema de Trâmite Processual	Discutidas e definidas a estratégia de desenvolvimento e a tecnologia a ser adotada; Especificadas e desenvolvidas as funcionalidades para atender a diretoria de Protocolo (triagem, digitalização e certificação de processos e triagem digitalização, certificação e juntada de ARs por lote); Especificadas as funcionalidades de atuação e distribuição; Iniciados os levantamentos para desenvolvimento de funcionalidades para tratar decisões interlocutórias.	Funcionalidades para a triagem, digitalização e juntada de ARs em lote desenvolvidas; Funcionalidades para a triagem e digitalização de processos e petições intermediárias em desenvolvimento. Funcionalidades de Atuação e Distribuição em fase de especificação; Funcionalidades para tratamento de Decisões Interlocutórias em levantamento inicial.

Tabela 27 - gerente do programa TCE Digital II

7. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

As atividades de capacitação da Escola de Gestão Pública (EGP) estão voltadas tanto para o público interno (servidores), quanto para o externo (jurisdicionados), conforme se observa na tabela a seguir:

OUTUBRO 2012	Eventos	Participantes	CH
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - INTERNO - 2012	10	468	19
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012	9	25	481



PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AOS JURISDICIONADOS - 2012	6	1175	263
ENCONTROS TÉCNICOS - 2012	2	9	x
OUTROS EVENTOS	3	166	22
	30	1843	785

NOVEMBRO 2012	Eventos	Participantes	CH
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - INTERNO - 2012	5	206	19
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012	19	39	761
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AOS JURISDICIONADOS - 2012	7	902	59
ENCONTROS TÉCNICOS - 2012	1	4	x
OUTROS EVENTOS	x	x	x
CONTROLE SOCIAL	2	175	23

DEZEMBRO 2012	Eventos	Participantes	CH
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - INTERNO - 2012	1	5	24
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012	7	28	520
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AOS JURISDICIONADOS - 2012	x	x	x
ENCONTROS TÉCNICOS - 2012	3	5	x
OUTROS EVENTOS	x	x	x
CONTROLE SOCIAL	x	x	x

4º TRIMESTRE	Eventos	Participantes	CH
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - INTERNO - 2012	16	679	62
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012	35	92	1762
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AOS JURISDICIONADOS - 2012	13	2077	322
ENCONTROS TÉCNICOS - 2012	6	18	x
OUTROS EVENTOS	3	166	22
CONTROLE SOCIAL	2	175	23
	75	3207	2191

Tabela 28 - Fonte: Escola de Gestão Pública

8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Durante o 4º trimestre de 2012, o TCE-PR **empenhou** o percentual de 22% do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	EMPENHADO NO 4º TRIMESTRE 2012 (R\$)	%
DESPESAS CORRENTES	252.334.840,00	55.672.502,65	22%
PESSOAL	223.240.420,00	58.547.653,71	26%
OUTROS CUSTEIOS	29.094.420,00	-2.875.151,06	-10%



DESPESAS DE CAPITAL	10.939.057,00	3.152.485,06	29%
OBRA	4.714.057,00	1.456.398,16	31%
EQUIPAMENTO	6.225.000,00	1.696.086,90	27%
TOTAL	263.273.897,00	58.824.987,71	22%

Tabela 29 - orçamento atualizado x orçamento empenhado - Fonte: SIA110 - SIAF

Neste mesmo período, foi **liquidado** o percentual de 25% do orçamento inicial atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	LIQUIDADO NO 4º TRIMESTRE 2012 (R\$)	%
DESPESAS CORRENTES	252.334.840,00	61.117.910,00	24%
PESSOAL	223.240.420,00	55.838.116,93	25%
OUTROS CUSTEIOS	29.094.420,00	5.279.793,97	18%
DESPESAS DE CAPITAL	10.939.057,00	4.315.378,92	39%
OBRA	4.714.057,00	769.902,26	16%
EQUIPAMENTO	6.225.000,00	3.545.476,66	57%
TOTAL	263.273.897,00	65.433.289,82	25%

Tabela 30 - orçamento atualizado x orçamento liquidado - Fonte: SIA110 - SIAF

O gráfico a seguir ilustra a execução orçamentária do período em comento, considerando o valor empenhado e liquidado em comparação com o orçamento inicial atualizado.

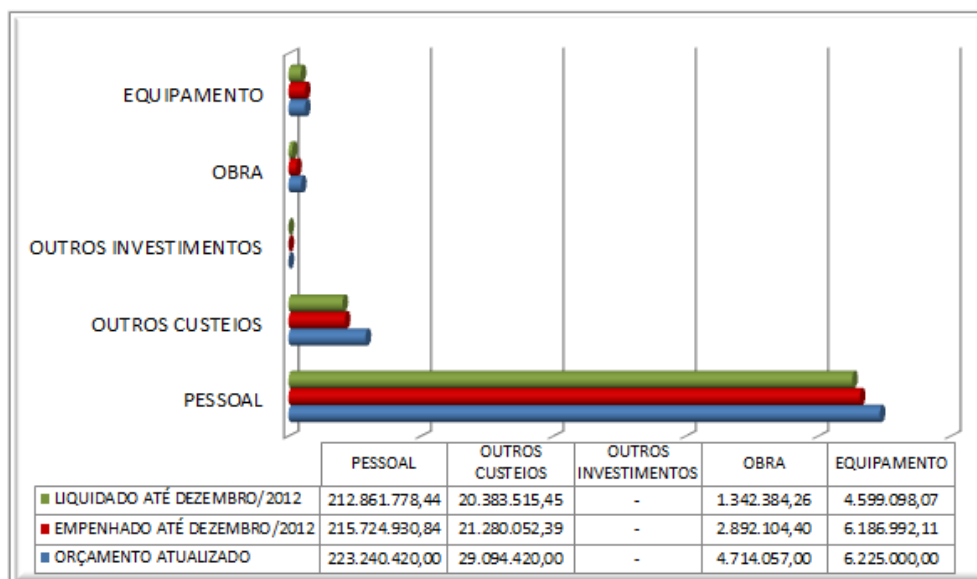


Figura 6 - Execução Orçamentária - Fonte: SIA106 - SIAF



Os resultados indicam que a execução orçamentária no período ora em comento seguiu um ritmo normal comparado com o percentual de execução do orçamento e o tempo decorrido.

Por fim, no que se refere à execução da despesa, destaca-se que não houve execução de despesa e respectivo pagamento por meio de adiantamentos, nos termos do artigo 68, da Lei Federal nº 4.320/64. Todas as despesas foram subordinadas ao processo normal de aplicação e pagas por meio de estabelecimento bancário.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 QUADRO DOS SERVIDORES DO TCE-PR

No último trimestre de 2012, a composição do quadro funcional, qualitativa e quantitativamente de servidores estatutários ativos, bem como as respectivas movimentações, constam a seguir:

CARGOS	2012
Nível Superior*	433
Nível Médio	124
Nível Fundamental	05
Cargos em Comissão	95
TOTAL	657

Aposentadorias	10
Exonerações de cargos comissionados	05
Nomeações de cargos comissionados	05
Nomeações de cargos efetivos	16

Tabela 31 – Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

* Nível Superior compreende os seguintes cargos: Analista de Controle, Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

9.2 CONCURSO PÚBLICO

Em face da necessidade premente de reposição do quadro de pessoal, e considerando as vagas existentes, o Tribunal planejou e, em 18 de dezembro de 2011, realizou concurso público para o preenchimento, primeiramente, de 29 vagas de analista de controle externo – profissional de nível superior – e formação de cadastro de reserva.

Ao total, 4.320 candidatos inscreveram-se no concurso, disputando vagas nas áreas de Direito, Contabilidade, Informática, Administração, Economia, Atuária e Engenharia Civil.



O concurso foi realizado através da Fundação Carlos Chagas, e os primeiros profissionais aprovados assumiram suas funções a partir de 02 de abril de 2012.

Planejado	Executado	Resultados
Inicialmente, foram previstas 29 vagas de analista de controle externo – profissional de nível superior – e formação de cadastro de reserva.	O concurso foi realizado através da Fundação Carlos Chagas em 18 de dezembro de 2011.	Considerando as vagas abertas em decorrência dos servidores que se aposentaram, dentre outras causas de vacância, até o final de 2012, foram chamados 60 candidatos para tomarem posse.

Tabela 32 - Diretoria de Gestão de Pessoas

10. INFRAESTRUTURA

No quadro abaixo, constam as obras de manutenção das instalações do Tribunal, seus respectivos andamentos, conforme informações elaboradas pela CEA.

Planejado	Resultados
Instalação de novo sistema de ar-condicionado no prédio anexo	Obra com previsão de término em maio de 2013.
Reforma dos sanitários centrais	Elaboração da parte técnica do edital e preparação da licitação.
Desenvolvimento de projetos de <i>lay-outs</i>	Espaços e salas implantados e em funcionamento: <ul style="list-style-type: none"> - Sala de Situação, sala de reunião multimídia e Núcleo de Imagem. - Ampliação do estacionamento e área de segurança de trânsito (rotatória). - Espaço Nagib Chede; - Espaço Rui Barbosa; - Secretaria do Pleno; - Núcleo de Obras.
	Confecção de placas de identificação das unidades em substituição das placas de amianto atualmente proibidas por lei.
	Projeto do escritório de arquitetura detentor dos direitos autorais dos Edifícios deste TCE-PR entregue e pronto para iniciar licitação para sua execução.



Contratação de projetos especializados, orçamentos e acompanhamento da execução das obras.	Projeto entregue e apto para início de licitação para execução.
	Porém, ainda não foi assinado o Termo de Cooperação Técnica com a Copel. Consequentemente, o processo não teve andamento.
	Laudo entregue.
	Novos elevadores em pleno funcionamento com aumento de segurança e economia de energia elétrica.
	Contratada uma empresa para manutenção mensal.
Contratação de empresa para modificação das áreas internas após conclusão de laudo de segurança e de acessibilidade.	Modificações no layout das unidades conforme cronograma do Núcleo de Obras levando em consideração a segurança, acessibilidade e alocação de novas unidades de acordo com a Lei n. 17.423 publicada no DIOE n. 8863 datado de 20/12/2012.

Tabela 33 - Fonte: Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TCE-PR vem intensificando o uso da tecnologia da informação em suas atividades de controle externo, como forma de estabelecer um sistema de informações transparente, integrado, tempestivo e confiável.

As ações que mais se destacaram no quarto trimestre de 2012 estão categorizadas por assunto logo abaixo. No quadro derradeiro, constam os dados quantitativos relativos ao assunto ora em comento:

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
Finalização da customização do Sistema Analisador das Prestações de Contas Anuais para utilização na análise das informações captadas pelo SIT;
Melhorias no Captador do SIT, tais como, consulta geral através de link direto do Ágiles para usuários do TCE-PR, glosa e estorno de despesas, adaptação das telas do SIT ao novo <i>layout</i> do portal do TCEPR, inclusão de controle e verificação da situação das transferências, alteração do calendário de fechamentos de bimestres, integração com certidão liberatória, exclusão de transferências pela DAT, consulta de pendências e rescisão.
Finalização do projeto e implantação do novo Sistema de Cadastro de Jurisdicionados do Tribunal – SICAD;
Construção do projeto para o novo Sistema de Informações Municipais – SIMAM 2013 integrado com o projeto Obras Públicas;
Construção do projeto para o novo sistema de Atos de Pessoal, módulo Aposentadoria – SIAP;
Construção do projeto para o novo Sistema de Cadastro de Leis, Atos Administrativos e



Documentos – ATOTECA;
Construção do projeto Novo Trâmite, definindo requisitos funcionais, programando módulo de autuação e, implantando juntada de AR's em lote;
Finalização do projeto Novo Portal do TCE-PR, ajustes para implantação e definições de relatórios, tais como Despesas, Doações, Concursos, Contratos, Receitas, Execuções Orçamentárias;
Manutenção corretiva e evolutiva do sistema de Sustentação de Patrimônio, adequando as telas para suportar sublocação e disponibilização de novos relatórios, como o de bens lotados em subunidades específicas, bens agregados, relação de bens não localizados por unidade administrativa;
Implantação do Fluxo de Solicitação de Viagens, Requerimentos de Servidores, Análise da Gestão de Documentos do sistema de Procedimento Administrativo;
Desenvolvimento de relatório final da comissão com todos os pontos positivos e negativos percebidos no sistema GMS em relação aos produtos de terceiros;
Integração das pendências de fechamentos de bimestres do SIT com emissão de certidão liberatória;
Apresentação e defesa do projeto FISCALIS em Brasília;
Instalação do sistema SAEWEB para avaliação dos interessados.

Tabela 34 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

CONVÊNIO UTFPR
Acompanhamento dos bolsistas da equipe da UTFPR;
Aplicação de questionários aos demais Tribunais de Contas do país;
Geração de massa de dados para análise pela equipe da UTFPR;
Preparação de um servidor dedicado para uso da equipe da UTFPR;
Relatório e gráficos com a análise inicial feita pela equipe da UTFPR e apresentada a DCM e CAD.

Tabela 35 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS – PROJETO BI
Desenvolvimento de Questionário do 3º Setor – Saúde;
Desenvolvimento de Relatório de Transferência do SIT;
Acompanhamento junto à equipe da <i>Softcorp</i> da interface de acesso ao Portal;
Manutenção nas cargas de dados do Portal do Controle Social.

Tabela 36 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

ÁREA DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
Análise de e-mails maliciosos, e-mails de alerta, solicitações serviço comentadas, contatos pessoais



e telefônicos com orientações sobre Segurança da Informação (Projeto Educação Permanente em SI);
Instalação e testes das novas UPS's (<i>Uninterruptible Power Supply</i>) e do gerenciamento centralizado via <i>appliance</i> ;
Revisão da estrutura de backup D2D sobre retenção, mídias, grupos de proteção e coberturas;
Implantação do projeto de Comunicações Unificadas, sendo realizados treinamentos e preparação para operação de telefonia;
Trocas dos notebooks e computadores POSITIVO por equipamentos novos.

Tabela 37 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

Dados quantitativos – 4º trimestre 2012	
Projetos em andamento, abrangendo as áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança da Informação, Help Desk e Gestão de TI	30
Atendimentos de solicitações de serviços realizados	2.155
Atendimentos de demandas do Canal de Comunicação realizados	425

Tabela 38 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

12. ATOS NORMATIVOS

Os atos normativos elaborados pelo Tribunal consistem em: Resoluções, Instruções Normativas, Instruções de Serviço e Portarias, os quais foram publicas em 2012, conforme as tabelas a seguir:

➤ Resoluções

Resolução Nº 34/2012	Dispõe sobre as diretrizes da política de gestão de pessoas no âmbito do TCE/PR, com a conceituação das ações decorrentes do programa de gestão de pessoas, enquanto atribuição da Diretoria de Gestão de Pessoas, nos termos do que dispõe o artigo 171, XIII, do Regimento Interno, Resolução nº 24/2010.
-----------------------------	---

Tabela 39 - Fonte: Intranet – TCE-PR



➤ Instruções Normativas

Instrução 73/2012	Normativa	Nº	Altera a Instrução Normativa nº 68, de 19 de janeiro de 2012.
Instrução 74/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre a forma e condições para emissão das certidões para instrução de pleitos de operações de crédito dos Poderes Executivo Estadual e de Municípios do Paraná, nos termos dos arts. 289, §§ 1º e 2º e 521, parágrafo único, do Regimento Interno.
Instrução 75/2012	Normativa	Nº	Altera a Instrução Normativa nº 56 de 2 de junho de 2011, que dispõe sobre a metodologia de apuração da receita corrente líquida e do limite de gastos com pessoal, e dá outras providências.
Instrução 76/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre a utilização do serviço de correio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações.
Instrução 77/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre o Sistema de Gerenciamento pelas Diretrizes no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Instrução 78/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre a Gestão de Projetos e do Portfólio de Projetos Institucionais no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Instrução 79/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre o encaminhamento da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2012, nos termos dos arts. 211 a 214 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Instrução 80/2012	Normativa	Nº	Dispõe sobre o encaminhamento das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública relativas ao exercício de 2012, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Tabela 40 - Fonte: Intranet – TCE-PR

➤ Instruções de Serviço

Instrução 39/2012	de Serviço	Nº	Dispõe sobre a expedição, pela Diretoria de Protocolo, das comunicações processuais, determinadas pelo Relator do feito, e dá outras providências.
Instrução 40/2012	de Serviço	Nº	Dispõe sobre as tabelas de resultados comuns para todos os assuntos de processos e de resultados específicos de cada processo, referentes às sessões dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas,



	e dá outras providências.
Instrução de Serviço Nº 41/2012	Dispõe sobre a delegação de despachos de mero expediente de que trata o art. 32, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal.
Instrução de Serviço Nº 42/2012	Dispõe sobre a instituição e estruturação do serviço do Núcleo de Obras e Manutenção, subordinado à Coordenadoria de Apoio Administrativo, e dá outras providências.
Instrução de Serviço Nº 43/2012	Dispõe sobre a tramitação eletrônica dos Requerimentos de Servidores, e dá outras providências.
Instrução de Serviço Nº 44/2012	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para elaboração da folha de pagamento pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) nos termos do disposto no Art. 171, III do Regimento Interno, seu posterior processamento para empenhamento e pagamento pela Diretoria de Finanças nos termos do disposto no Art. 172, VIII do Regimento Interno, e dá outras providências.

Tabela 41 - Fonte: Intranet – TCE-PR

CAPÍTULO V - comunicação e relacionamento com o público externo

13. COMUNICAÇÃO

Em 2012, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pelo Tribunal para suprir as diferentes necessidades de informações de seus diferentes clientes:

- **jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **servidores** - dados e informações de caráter funcional;
- **público externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na sequência, consta o quadro com os dados quantitativos da CCS, a saber:

Itens produzidos	Quantidade
Releases para imprensa	141
Periódico eletrônico “Contando para Você”, de circulação interna	10
Boletim eletrônico “Tecer”, voltada ao público externo	06

Tabela 42 – Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social

Além dos itens acima destacados, foi lançado o novo portal do TCE-PR na *internet* em 18 de dezembro de 2012 no mesmo endereço www.tce.pr.gov.br, porém, totalmente reformulado.



14. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2012, foi meta do TCE-PR ser reconhecido como agente de controle externo que atua em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, foram estabelecidas novas possibilidades de parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil, fomentando o conceito de cidadania, para o acompanhamento do uso dos recursos públicos, assim como dos gastos e investimentos. Além disso, foram investidos recursos na capacitação de jurisdicionados e na ampliação e aprimoramento das ações de comunicação.

14.1 CONVÊNIOS E PARCERIAS

O foco das parcerias mantidas e firmadas pelo Tribunal durante 2012 foi o intercâmbio de informações, a fiscalização de recursos públicos, o fomento às atividades de pesquisa e extensão acadêmicas, o treinamento de servidores, a compra de equipamentos, entre outros.

No 4º trimestre do exercício idouro, estavam vigentes as seguintes parcerias, as quais são necessárias para o fortalecimento da gestão, na medida em que propiciam a troca de experiências e o compartilhamento de recursos e informações:

Vigentes desde 2012		
CONVÊNIO	PROTOCOLO	DETALHAMENTO
SEBRAE	3491-2/12	Voltados à divulgação e capacitação quando ao tratamento diferenciado a ser dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações Públicas.
UTFPR	2855-6/12	Fomentar pesquisa à tecnologia da informação nas áreas de engenharia de <i>software</i> e sistemas de informação com equipes compostas por servidores do TCE-PR e pesquisadores e alunos da UTFPR.
UFPR	164654/12	Contratação dos bolsistas para fiscalização de obras da COPA.
TCU	205741/12	Licenciamento para o uso do programa de computador Fiscalis Execução <i>off line</i> .
PARANAPREVIDÊNCIA	223740/12	Estabelecimento de regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações de base de dados e de soluções de tecnologia da informação, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
DETO	49383/12	Normatização do orçamento programado com referência ao fornecimento de combustíveis, álcool etílico hidratado, gasolina comum e óleo diesel, associado à instalação e manutenção de sistema



		automatizado de controle de abastecimento.
MPPR	5833-1/12	Aditivo ao 514909-10. Cooperação visando a conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, à Educação e ao Combate aos Crimes Praticados por Prefeitos. Cooperação visando a conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, à Educação e ao Combate aos Crimes Praticados por Prefeitos.
SEAP	49391/12	Manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota.
IRB - Aditivo	98406/12	Apoio técnico e financeiro à execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e dos Municípios Brasileiros.
OSB - Observatórios Sociais do Brasil	335351/12	Cooperação para fiscalização das contas públicas.
SAE PR	330775/12	Promoção do intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação.
SEBRAE - SEAP -SEAE	404051/12	Cooperação mútua visando ao desenvolvimento de ações a serem executadas referentes ao programa de formação empreendedora para entidades que atuam junto ao Terceiro Setor.
BID	534052/12	Auditoria de Projetos e Programas Financiados pelo BID.
IRB	65233-7/11	Visa ao desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica através do fortalecimento da integração e modernização dos TCs. Foi assinado o convênio em 9/10/2012.
PR sem Corrupção	649283/12	Promoção e apoio ao combate à corrupção e disseminação de uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania. Assinado o convênio em 24/09/2012.
Aditivo SAE PR	651687/12	Promoção do intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.524, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TCE-PR e da SAE PR. Assinado convênio em 21/09/2012.
Aditivo ATRICON-PROMOEX	574283/12	Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios brasileiros. Assinado convênio em 31/12/2012.
Aditivo IRB PROMOEX	718285/12	Apoio técnico e financeiro à execução do



Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e dos Municípios Brasileiros - PROMOEX.

Tabela 43 - convênios

➤ **Parcerias que estão tramitando no TCE-PR**

PROTOCOLO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
599952/12	COPEL	Substituição da iluminação atual dos edifícios sede e anexo.
671750/12	Ibraop - TCs - Atricon	Desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas.
745304/12	Convênio Caixa Econômica	Possibilidade do acesso às informações registradas no SINAPI – SIPCI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, bem como contratação de treinamentos especiais para sua utilização.
781467/12	SIPREV	Disponibilização de carregamento dos dados dos servidores ativos e dependentes deste Tribunal para a Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
790695/12	SAEWEB	Disponibilização dos direitos de uso do sistema informatizado denominado Sistema de Gestão de Auditoria - SAE WEB, caracterizado por funcionalidades que compreendem as fases operacionais e gerenciais de uma auditoria.
833726/12	Conselho Regional de Medicina	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre as instituições convenientes, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
833696/12	Conselho Regional de Odontologia	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre as instituições convenientes, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
833750/12	Conselho Regional de Enfermagem	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre as instituições convenientes, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.



833777/12	TCU	Intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de inteligência e com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle dos partícipes.
-----------	-----	--

Tabela 44 - parcerias➤ **Parceria informal**

PROTOCOLO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
569480-11	INST. ETHOS E OUTROS	Projeto Jogos Limpos – Estabelecimento de rede de controle social para os jogos da Copa 2014.

Tabela 45 – parceria informal**14.2 COMISSÕES EXTERNAS**

No trimestre derradeiro do ano civil que se encerra, para a realização de atividades especiais, o Tribunal contou com a formação de outras comissões, além das já descritas no item n.º 3.6 referente às AOPs, a saber:

Vigentes no 4º trimestre de 2012	
COMISSÃO	DETALHAMENTO
Metrô de Curitiba (Portarias 402/12, 565/12 e 615/12)	Acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul - Santa Cândida/CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal de Curitiba.
Auditoria Operacional na Folha de Pagamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Portaria 726/12)	Auditoria na folha de pagamento da SESP.

Tabela 46 – comissões externas



CAPÍTULO VI - considerações finais

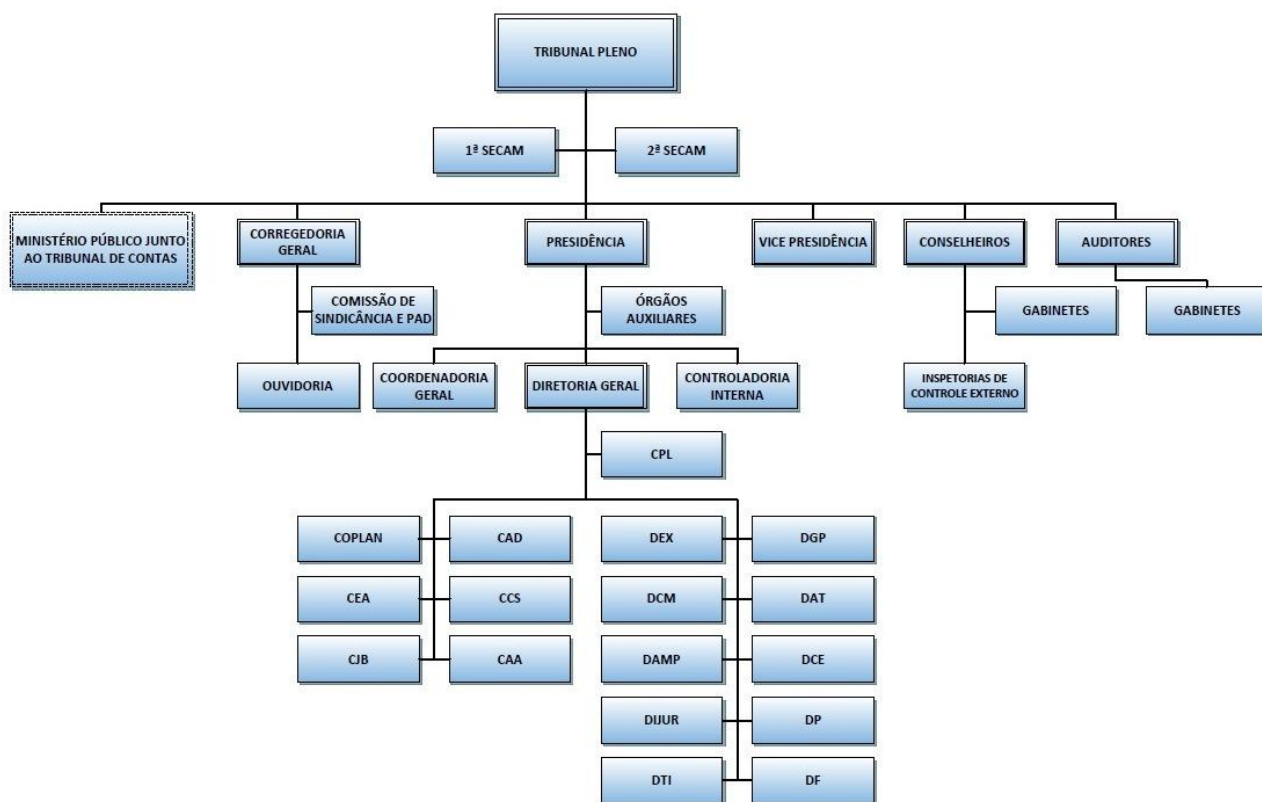
No período ora telado, o TCE se propôs a construir um Tribunal integrado, produtivo e comprometido. O espírito de colaboração e a sinergia desenvolvida foram peças fundamentais para o atingimento dos resultados em prol da sociedade. Não foram poucos os desafios encontrados no caminho. Venceram-se muitas adversidades e resistências, graças ao profissionalismo, dedicação e persistência dos gestores e servidores desta Casa de Contas.

Pode-se afirmar que o Tribunal alcançou muitos de seus objetivos, com ações que promoveram, principalmente, sua integração com a sociedade, afirmando-se como um provedor de informações transparentes, ágeis, precisas e adequadas aos anseios da população. Neste 4º trimestre, conseguiu envolver o cidadão no controle dos gastos do dinheiro público, tanto para o direcionamento das necessidades da população, quanto à prevenção e combate à corrupção.

15. ANEXOS

15.1 ANEXO I – “ORGANOGRAMA”

ORGANOGRAMA TCE/PR 2011





16. FONTES DE INFORMAÇÕES

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Portal na internet disponível em www.tce.pr.gov.br

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informações internas de cada unidade do TCE-PR

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE-PR

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relatório de Atividade Anual 2011 e Trimestrais de 2012.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regimento Interno do TCE-PR. Resolução 24 de 2010.

17. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AOP's	Auditorias Operacionais
AR	Aviso de Recebimento
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPM	<i>Business Process Management</i> (Gerenciamento de Processos de Negócio)
CAA	Coordenadoria de Apoio Administrativo
CACO	Canal de Comunicação
CAD	Coordenadoria de Auditoria
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CEA	Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
CG	Coordenadoria Geral
CGU	Corregedoria Geral da União
CI	Controle Interno
CJB	Coordenadoria de Jurisprudência e Biblioteca
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento do TCE-PR
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
DAMP	Diretoria de Administração do Material e Patrimônio
DAT	Diretoria de Análise de Transferências
DCE	Diretoria de Contas Estaduais
DCM	Diretoria de Contas Municipais
DDM	Decisão Definitiva Monocrática
DEAP	Departamento Estadual de Arquivo Público
DETO	Departamento de Transporte Oficial
DEX	Diretoria de Execuções
DF	Diretoria Financeira
DG	Diretoria Geral
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIJUR	Diretoria Jurídica
DIOE	Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
DOF	Documento de Origem Florestal



DP	Diretoria de Protocolo
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino à Distância
EDUCORP	Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas
EGP	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
FAFIPA	Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranavaí
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FESP	Faculdade de Educação Superior do Paraná
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GPD	Gerenciamento Pelas Diretrizes
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBRAOP	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
ICE	Inspetoria de Controle Externo
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IML	Instituto Médico Legal
IN	Instrução Normativa
INDG	Instituto de Desenvolvimento Gerencial
IRB	Instituto Rui Barbosa
ITFPR	Instituto Tecnológico Federal do Paraná
MPC	Ministério Público de Contas (vide MPJTC)
MPJTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
MPPR	Ministério Público do Paraná
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NF	Nota Fiscal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSB	Observatórios Sociais do Brasil
PAF	Programa Anual de Fiscalização
PCASPM-PR	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público dos Municípios do Paraná
PDCA	Acrônimo das palavras em inglês <i>Plan, Do, Check e Act</i>
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros
R3G	Relatório de Três Gerações
RI	Regimento Interno
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAE-PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos do Estado do Paraná
SEAE	Secretaria para Assuntos Estratégicos do Estado do Paraná
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAM	Secretarias das Câmaras
SEI	Sistema Estadual de Informações
SESA	Secretaria de Saúde
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAP	Sistema Integrado de Atos de Pessoal
SICAD	Sistema de Cadastro de Pessoas
SIM	Sistema de Informações Municipais
SIM-AM	Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal
SIPREV	Sistema da Gestão de Previdência do Ministério da Previdência Social



SIT	Sistema Integrado de Transferências
SITAN	Sistema Integrado de Transferências - Analisador
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TC	Tribunal de Contas, referindo-se ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ